O GLOBO
Publicado em 19/03/2022 - 05:57

Moraes proíbe Telegram e afeta estratégia de Bolsonaro

AÇÃO NAS REDES

MENSAGEM DIRETA

Moraes suspende Telegram, cita 'desprezo' ao STF e diz que aplicativo é vetor para crimes

MANOEL VENTURA, AGUIRRE TALENTO E MARIANA MUNIZ
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem o bloqueio no país do aplicativo de troca de mensagens Telegram. Além de não ter representantes no Brasil e ignorar decisões e notificações feitas pelo Judiciário brasileiro nos últimos anos, a plataforma é um terreno fértil para a disseminação de informações falsas e conteúdos criminosos, como materiais relacionados à pedofilia. O magistrado estabelece multa diária de R$ 100 mil a quem descumprir a decisão, inclusive pessoas físicas.

Moraes adotou a medida num inquérito aberto para investigar supostas ameaças feitas a integrantes do próprio STF pelo blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, que está foragido nos Estados Unidos. O bloqueio do aplicativo foi solicitado pela Polícia Federal, citando os danos provocados pelo histórico de descumprimento de decisões por parte do Telegram. O aplicativo desconsiderou, por exemplo, ordens para que retirasse do ar contas acusadas de espalhar "fake news", entre elas a de Allan dos Santos. Em outra decisão não cumprida, o magistrado determinou que publicações do canal do presidente Jair Bolsonaro na plataforma fossem removidas.

No despacho, Moraes afirmou que o Telegram desprezou o Poder Judiciário. "Em todas essas oportunidades, deixou de atender ao comando judicial, em total desprezo à Justiça brasileira. O desrespeito à legislação brasileira e o reiterado descumprimento de inúmeras decisões judiciais pelo Telegram é circunstância completamente incompatível com a ordem constitucional", escreveu o ministro.

"INFRAÇÕES PENAIS"

Moraes definiu que as empresas de telecomunicações e provedores de internet criem mecanismos para interromper o acesso, além de ordenar que Apple e Google retirem o aplicativo de suas lojas virtuais — a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também foi notificada para tomar providências. O ministro deixou explícita a possibilidade de penalização de usuários que recorrerem a "subterfúgios tecnológicos" para continuar usando o aplicativo e não estabeleceu um prazo de duração para a suspensão do serviço. De acordo com o despacho, a interrupção ficará em vigor até que todas as decisões judiciais pendentes sejam cumpridas.

A manutenção dos serviços do Telegram, nos moldes em que funcionam hoje, é terreno fértil para propaganda em massa e prática de crimes graves. Em outubro do ano passado, O GLOBO mostrou a propagação de grupos que vendem armas e trocam imagens de pornografia infantil.

OPINIÃO DO GLOBO

TELEGRAM TEM DE SE EMENDAR

É INCONTESTÁVEL, do ponto de vista jurídico, a decisão do ministro Alexandre de Moraes que ordena a suspensão temporária do aplicativo Telegram no Brasil.

A EMPRESA com sede em Dubai ignorou a Justiça brasileira em desafios sucessivos e sistemáticos. O Marco Civil da Internet estabelece de modo explícito a suspensão como punição para plataformas que se recusam a obedecer a ordens judiciais. Só ontem, diante da suspensão iminente, o dono do Telegram pediu desculpas e tempo para tomar providências.

NÃO SERIA aceitável permitir o funcionamento de uma empresa [illegible] Telegram se emendar — e para as demais empresas que atuam no terreno movediço da internet entenderem que também devem respeitar a lei.

tornou o veículo de comunicação predileto de toda sorte de criminoso.

A SUSPENSÃO traz consequências dolorosas para as dezenas de milhões de brasileiros que fazem uso legítimo do aplicativo, na vida privada ou nos negócios, por isso é desejável que dure apenas o tempo estritamente necessário para o Telegram se emendar — e para as demais empresas que atuam no terreno movediço da internet entenderem que também devem respeitar a lei.

de tomarem uma medida extrema, como o bloqueio, caso os responsáveis pela empresa insistissem em ignorar ordens judiciais.

Com cada vez mais usuários no Brasil — está presente em 53% dos aparelhos —, o Telegram abriga grupos para até 200 mil pessoas e canais com capacidade ilimitada de inscritos (no WhatsApp, grupos têm limites de 256 membros), tornando-se um terreno fértil para propaganda em massa e prática de crimes graves. Em outubro do ano passado, O GLOBO mostrou a propagação de grupos que vendem armas e trocam imagens de pornografia infantil.

ACESSO SUSPENSO

Decisão de bloqueio do Telegram ocorre após sucessivas decisões do STF serem ignoradas pelo aplicativo, que tornou-se terreno fértil para desinformação

COMO SERÁ O BLOQUEIO

Sistemas operacionais e lojas online
O STF determinou que Apple e Google retirem o Telegram de suas lojas virtuais e inviabilizem o acesso por usuários dos sistemas IoS e Android.

Provedores de internet e rede física
Empresas como a Embratel (incorporada à Claro), que atuam na "espinha dorsal" da rede, e os provedores de acesso à internet devem inserir "obstáculos tecnológicos" ao app.

Operadoras de telefonia
A decisão do STF exige ainda que as empresas operadoras de telefonia móvel coloquem obstáculos a seus clientes para acesso ao Telegram.

Anatel
O ministro Alexandre de Moraes determinou a intimação do presidente da Anatel, Wilson Diniz Wellisch, para garantir o cumprimento de todas as medidas técnicas listadas, cujo prazo é de cinco dias.

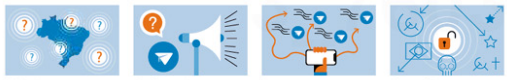
EXIGÊNCIAS FEITAS AO TELEGRAM

Multas antigas
Moraes exigiu o pagamento de multas de R$ 100 mil diárias pelo não cumprimento de decisões anteriores do STF, de agosto de 2021, janeiro e fevereiro de 2022. A partir da intimação, a multa passa a ser de R$ 500 mil.

Canais de Allan dos Santos
O Telegram precisará informar dados sobre perfis suspensos do blogueiro e apresentar relatórios de sua monetização, algo já solicitado antes. Também há a exigência de mecanismos de bloqueio para evitar que Santos crie novos canais.

Inquérito das fake news
A decisão exige a retirada imediata de postagens feitas em um canal bolsonarista, e a suspensão e fornecimento de dados cadastrais de outro. Ambos os pedidos já haviam sido feitos no último ano, no âmbito do inquérito das fake news no STF.

CRÍTICAS AO TELEGRAM



Falta de representação no país
O aplicativo foi criado na Rússia em 2013, está sediado em Dubai e não tem representação formal no Brasil, exigência prevista pelo PL (Projeto de Lei) das Fake News, em análise na Câmara.

Ausência de respostas
O STF tentou intimar o Telegram nos emails da empresa e de um escritório de advocacia, sem sucesso. Em dezembro, o TSE ficou sem resposta a um pedido de audiência com o diretor do app.

Disparos em massa
O Telegram permite grupos com até 200 mil pessoas e compartilhamento irrestrito. Já os canais, ferramentas para transmitir mensagens, têm número ilimitado de inscritos.

Conteúdo sem moderação
A plataforma prega ausência de moderação de conteúdo, o que abre brecha para disseminação de conteúdos como pornografia infantil e comércio ilegal de armas.

EXEMPLOS DE CONTEÚDO

e vídeos de execuções e tortura contra supostos infratores

antissemita, discurso de ódio e teorias da conspiração

pornográfico infantil, usando o termo "CP" como referência a "child pornography".

Editoria de Arte

ROSINEI COUTINHO/18-02-2020

Punição. Moraes estabeleceu multa diária de R$ 100 mil a quem descumprir a decisão

Parte desses assuntos circula em ambientes secretos, acessíveis apenas a quem encontra ou recebe os links de entrada. Como algumas publicações envolvem crimes, a linguagem é cifrada. Para não serem rastreados, o termo "CP" (child pornography) aparece geralmente simbolizado por emojis, a palavra "vacina" é escrita de ponta-cabeça, e "nazi" aparece com tipografias góticas.

"A falta total de cooperação da plataforma Telegram com os órgãos judiciais é fato que desrespeita a soberania de diversos países, não sendo circunstância que se verifica exclusivamente no Brasil e vem permitindo que essa plataforma venha sendo reiteradamente utilizada para a prática de inúmeras infrações penais", acrescentou Moraes.

DIRETOR PEDE DESCULPA

Especialista em Direito Eleitoral, o advogado Renato Ribeiro de Almeida lembra que a Justiça Eleitoral tem histórico de remover de redes sociais e aplicativos de mensagens conteúdos com desinformação, discurso de ódio e propaganda ilegal:

— Não se trata de uma decisão política. É uma decisão para impedir a prática de ilícitos que podem até chegar na política, já que os políticos em geral têm grande engajamento nas redes.

A advogada especialista em direito digital Isabela Pompilio entende que, ao despachar no inquérito de Allan dos Santos, Moraes antecipou seu entendimento sobre um tema que já é alvo de análise pelo STF. Trata-se de uma outra ação, na qual a ministra Rosa Weber, relatora do caso, considerou que a lei não permite a suspensão dos serviços de mensagens por internet. Nesse processo, Moraes pediu vista e ainda não deu seu voto.

— A renitência do Telegram em cumprir ordens judiciais e a necessidade de [illegible] ção. Segundo Moraes afirmou ontem no despacho, o Telegram atendeu apenas parte das determinações e ainda assim não respondeu diretamente à intimação. *(Colaborou Bernardo Mello)*

vel Durov, se manifestou. Por meio do seu canal no Telegram, ele alegou uma "falha de comunicação" com o STF, que, segundo o executivo, teria entrado em contato pelo e-mail antigo da empresa. "Peço desculpas ao STF por nossa negligência", escreveu Durov.

Ele argumentou que o aplicativo cumpriu uma decisão do STF, em fevereiro, e suspendeu três canais de Allan dos Santos, por desinformação. Segundo Moraes afirmou ontem no despacho, o Telegram atendeu apenas parte das determinações e ainda assim não respondeu diretamente à intimação. *(Colaborou Bernardo Mello)*

AÇÃO NAS REDES

Bloqueio do Telegram é baque para Bolsonaro

Aplicativo é um dos principais canais de comunicação do presidente com seus apoiadores, e suspensão abala estratégia para reeleição. Titular do Planalto classificou decisão de Moraes como 'inadmissível'

LUCAS MATHIAS, MARIANA MUNIZ, BRUNO GÓES E ALICE CRAVO
política@oglobo.com.br
RIO E BRASÍLIA

O bloqueio do Telegram no Brasil, determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), representa um baque na estratégia eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, que tentará ser reconduzido ao cargo em outubro. Ele tem no aplicativo um dos principais canais de comunicação com seus apoiadores. Só em seu perfil oficial, o presidente conta com pouco mais de um milhão de seguidores. Somando os perfis administrados por seus filhos, a família acumula cerca de 1,3 milhão de inscritos no Telegram. O alcance de Bolsonaro nessa plataforma é bem maior do que os demais pré-candidatos ao Palácio do Planalto.

Com uma filosofia de mínima moderação, a ferramenta é considerada um terreno mais fértil a campanhas de desinformação e discurso de ódio. Ao contrário do WhatsApp, que limita grupos a 256 membros e restringe o alcance de mensagens replicadas muitas vezes, o Telegram permite grupos com 200 mil pessoas e compartilhamento irrestrito. Já os canais, ferramentas para transmitir mensagens, têm número ilimitado de inscritos.

O link para o canal de Bolsonaro na plataforma é frequentemente compartilhado em seus perfis, na tentativa de que seus seguidores em outras redes migrem para o Telegram. Desde o início deste ano, Bolsonaro publicou 23 tuítes deste tipo. No dia 16 de fevereiro, por exemplo, um post em sua conta no Twitter pedia inscrições no aplicativo russo. Segundo a publicação, lá é possível ter "acesso a ações que querem a todo custo esconder de você".

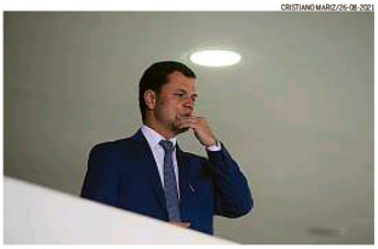
No Telegram, o presidente costuma divulgar entregas de seu governo e feitos de seus ministros, além de compartilhar publicações de seus filhos. Ontem, Bolsonaro classificou como "inadmissível" o bloqueio da ferramenta.

— Olha as consequências da decisão monocrática de um ministro do STF. É inadmissível uma decisão dessa natureza. Porque não conseguiu atingir duas ou três pessoas que deveriam ser banidas do Telegram, ele atinge 70 milhões de pessoas — disse o presidente em um evento no Acre.

EVARISTO SA/AFP/17-08-2022

Foco. Bolsonaro costuma compartilhar em seus perfis em outras plataformas links para seu canal no Telegram

CRISTIANO MARIZ/26-08-2021



Resposta. Ministro da Justiça, Anderson Torres criticou a decisão de Moraes

REDE DE APOIO

Para além da família Bolsonaro, o Telegram tem papel importante na rede de apoio político do presidente. A deputada Carla Zambelli (PL-SP), por exemplo, conta com 107 mil inscritos em seu canal, enquanto a deputada Bia Kicis (União-DF) soma 41 mil seguidores em seu perfil.

Outro exemplo que ressalta essa relevância é o do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos. Ele usava a plataforma como alternativa desde que teve seus perfis bloqueados, no Brasil, nas outras redes sociais, como Twitter, Facebook e YouTube. No fim de fevereiro, no entanto, seus principais canais no aplicativo russo também foram suspensos e, ainda que ele tenha aberto contas reservas, perdeu grande parte de seus seguidores.

Entre os postulantes ao Planalto nas eleições deste ano, Bolsonaro é, de longe, o que mais sentirá o impacto da decisão do ministro Alexandre de Moraes. É ele o mais popular, seguido pelo ex-presidente Lula, que tem 48,5 mil inscritos. Ciro Gomes (PDT) vem em seguida, com 19 mil seguidores, na frente do ex-juiz Sergio Moro (Podemos), que tem 5 mil. O governador de São Paulo João Doria (PSDB) e a senadora Simone Tebet (MDB-MS) não têm conta oficial na plataforma.

Para Pedro Bruzzi, sócio da consultoria Arquimedes, o bloqueio da plataforma tende a prejudicar mais Bolsonaro que os outros presidenciáveis, já que o presidente tem vantagem considerável no número de seguidores.

— É um canal de coordenação e de divulgação de argumentos e narrativas muito bem estabelecido, a ponto do próprio Bolsonaro divulgar o canal dele no Telegram em seu perfil no Twitter. Não divulgaria se não tivesse uma atuação planejada. Além disso, é um canal de comunicação direta em que ele consegue falar com um volume muito grande de pessoas sem a interferência de outros — disse ele.

Ao avaliar esse impacto, Nina Santos, que é coordenadora acadêmica do projeto Desinformante, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), chama a atenção para a importância do Telegram como um facilitador da circulação de conteúdo nas redes. Ela explica que, como a plataforma não conta com políticas rígidas de moderação, bolsonaristas a utilizam para divulgar links de vídeos privados no YouTube, que só podem ser acessados com aquele endereço, para evitar que sejam removidos.

REAÇÃO DO GOVERNO

Ontem, o ministro da Justiça, Anderson Torres, disse que o governo federal está tomando providências para restabelecer o funcionamento do Telegram no Brasil. O bloqueio atendeu a um pedido da Polícia Federal, que é vinculada ao Ministério da Justiça.

"Milhões de brasileiros sendo prejudicados repentinamente por uma decisão monocrática. Já determinei a diversos setores do @JusticaGovBR que estudem imediatamente uma solução para restabelecer ao povo o direito de usar a rede social que bem entenderem", escreveu Torres no Twitter.

Relator do projeto que regula as plataformas digitais e criminaliza a disseminação em massa de fake news, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que a suspensão do Telegram pode servir de estímulo para que a ferramenta cumpra o ordenamento legal do Brasil.

— É uma decisão esperada. Não é razoável que uma empresa atue no Brasil, com 60 milhões de usuários, à revelia das leis do país. É uma decisão dura, grave, mas acredito que pode servir de estímulo para que o aplicativo possa cumprir as leis do país. Na Alemanha, o Telegram já teve que passar por mudanças por causa das exigências daquele país. Espero que ocorra o mesmo aqui — disse Orlando.

ALCANCE NA PLATAFORMA

1 milhão
Seguidores de Jair Bolsonaro
Presidente costuma divulgar entregas de seu governo e feitos de seus ministros

48,5 mil
Seguidores do ex-presidente Lula
Aumento no preço dos combustíveis foi tema de publicações recentes do petista

19 mil
Seguidores de Ciro Gomes
Pedetista tem divulgado suas agendas e chamadas para ações de comunicação

5 mil
Seguidores de Sergio Moro
Rede não é prioridade do ex-juiz, cuja última publicação foi em 24 de fevereiro

Brasil é 12º país a bloquear aplicativo de mensagens

Usuários de extrema-direita do Telegram trocam dicas de como burlar bloqueio

LUCAS MATHIAS E GUILHERME CAETANO
política@oglobo.com.br
RIO E SÃO PAULO

Com a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil se tornou o 12º país onde, em algum momento, o funcionamento do Telegram esteve suspenso. A decisão ocorreu após sucessivos descumprimentos de ordens judiciais e a partir da constatação, apresentada pela Polícia Federal, de que o aplicativo é território livre para a circulação de imagens relacionadas a abuso sexual infantil.

Um dos países onde o bloqueio já ocorreu foi a Rússia, país do criador do aplicativo, Pavel Durov. Entre 2018 e 2020, o serviço foi interrompido sob a justificativa de que não foram entregues dados de usuários suspeitos de envolvimento em ações terroristas. O pedido foi feito pela agência reguladora de telecomunicações russa, a Roskomnadzor. Medidas semelhantes foram adotadas na China, Irã, Azerbaijão, Bahrein, Belarus, Cuba, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia.

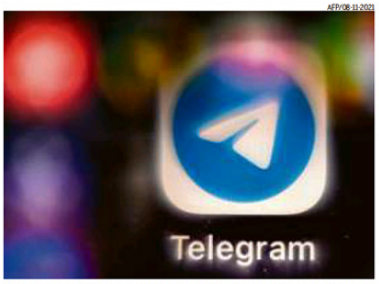
Sem a derrubada do aplicativo, já houve punições também nos Estados Unidos. Em 2020, O Telegram e uma subsidiária foram obrigados a devolver US$ 1,2 bilhão a investidores que compraram uma criptomoeda negociada pelo aplicativo — a empresa não tinha autorização legal para oferecer o serviço financeiro. Além disso, houve o pagamento de uma multa de US$ 18,5 milhões para a Securities and Exchange Comission (SEC, equivalente nos EUA à Comissão de Valores Mobiliários).

Dois anos antes, a Apple havia retirado por um período o Telegram da loja virtual disponível para os usuários de iPhone. Na ocasião, a Apple informou que havia sido alertada sobre a disseminação de pornografia infantil no aplicativo.

PRESSÃO NA ALEMANHA

Na Alemanha, após intensa pressão do governo em função do uso da plataforma para propagação de fake news e discurso de ódio, 64 canais foram bloqueados em fevereiro. Um deles servia de vetor para mensagens antissemitas e mentiras sobre a pandemia de coronavírus. "O Telegram não deve mais ser um acelerador para extremistas de direita, teóricos da conspiração e outros agitadores. Ameaças de morte e outras mensagens perigosas de ódio devem ser apagadas e ter consequências legais", disse, na ocasião, a ministra do Interior, Nancy Faeser.

AFP/08-11-2021



Discurso de ódio. Na Alemanha, Telegram propagou mensagens antissemitas

Como a estratégia alemã funcionou, os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin — respectivamente, o ex e o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — se reuniram em Brasília com o embaixador da Alemanha, Heiko Thoms, em busca de informações sobre a atuação junto ao aplicativo.

Logo após a decisão de Moraes se tornar pública, usuários de grupos de extrema-direita no Telegram começaram a trocar dicas de como burlar o bloqueio — o despacho do ministro prevê multa de diária de R$ 100 mil para quem buscar meios alternativos para acessar o aplicativo. As mensagens desses grupos começaram a surgir às 15h31m. Os usuários citam o uso de sistemas VPN (redes virtuais privadas) para driblar a proibição e simular uma conexão fora do Brasil.

Grupos extremistas como "Ucraniza Brasil" e "Censura Livre" intensificaram o compartilhamento das dicas. O conteúdo alcança também grupos de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores de armas), neonazistas, conspiracionistas e antivacina.

A mensagem "Compartilhe com todos que usam o Telegram: manual anticensura para o Telegram em smartphones" tinha sido visualizada por 7,5 mil pessoas em cinco minutos, às 15h53m. O informe listava algumas técnicas que permitem também driblar canais banidos da Google Play Store e da App Store.

Alguns usuários defenderam a migração para o Discord, aplicativo muito usado por gamers. Às 16h, a busca pelo termo "VPN" no Google havia disparado no Brasil, segundo o Google Trends, ferramenta de monitoramento de pesquisas no site.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4 e 6

Copyright © Clipclap 2025.